

Análise da relação entre as Deficiências dos Controles Internos, a Governança Corporativa e a Qualidade da Informação Contábil

Analysis of the relationship between Internal Control Deficiencies, Corporate Governance and Accounting Information Quality

Marcus Vinicius Moreira Zittei
Universidade Federal de São Paulo, Brasil - UNIFESP/EPPEN
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU
marcuszittei@zittei.com.br
Brasil

Edvaldo Gonçalves do Nascimento
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU
edvgoncalves@yahoo.com.br
Brasil

Renato Paulo de Souza
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU
renatodpsouza@gmail.com
Brasil

Arthur Vereda da Silva
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU
a_vereda@hotmail.com
Brasil

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre as deficiências dos controles internos, a governança corporativa e a qualidade da informação contábil. A amostra é composta por 208 empresas (580 observações) de todas as empresas não financeiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), durante um período entre 2015 a 2017. A deficiência dos controles internos é uma variável binária, no qual um indica que a empresa divulgou deficiências nos controles internos no item 5.3 do Formulário de Referência. A qualidade da informação contábil foi mensurada por meio dos accruals discricionários, conforme os modelos de Jones (1991) modificado por Dechow et al. (2012) e por meio da manipulação das atividades operacionais, conforme Roychowdhury (2006) e Cohen, Dey e Lys (2008). A governança corporativa é uma variável binária, no qual um indica que a empresa é do Novo Mercado. Os resultados demonstraram que 38,96% das empresas analisadas apresentaram deficiências dos controles internos, o que pode ser considerado uma incidência moderada para alta, se comparado a estudos internacionais. Além disso, os resultados mostraram que a divulgação das deficiências dos controles internos melhora a qualidade da informação contábil, seja por gerenciamento de resultados por accruals discricionários ou por atividades operacionais, uma vez que, em geral, as empresas que divulgaram algum tipo de deficiência já estavam trabalhando na remediação da fraqueza dos controles internos no período da divulgação. Portanto, os resultados dessa pesquisa sinalizam para as empresas a importância que a divulgação e a remediação dos controles internos possuem, pois assegura a confiança junto aos investidores e credores.

Palavras chave: Gerenciamento de resultados, deficiência dos controles internos, governança corporativa.

Abstract

The objective of this research is to analyze the relationship between deficiencies in internal controls, corporate governance and the quality of accounting information. The sample is composed of 208 companies (580 observations) from all non-financial companies listed in Brazil, Stock Exchange, Counter (B3), during a period between 2015 and 2017. The deficiency of internal controls is a binary variable, in which one indicates that the company disclosed deficiencies in internal controls in item 5.3 of the Reference Form. The quality of accounting information was measured through discretionary accruals, according to the models by Jones (1991) modified by Dechow et al. (2012) and through the manipulation of operational activities, according to Roychowdhury (2006) and Cohen, Dey and Lys (2008). Corporate governance is a binary variable, where one indicates that the company is on the Novo Mercado. The results showed that 38.96% of the companies analyzed had deficiencies in internal controls, which can be considered a moderate to high incidence, if compared to international studies. In addition, the results showed that the disclosure of internal control deficiencies improves the quality of accounting information, whether by earnings management by discretionary accruals or by operational activities, since, in general, companies that have disclosed some type of deficiency have already were working on remediating the weakness of internal controls at the time of disclosure. Therefore, the results of this research indicate to companies the importance that the disclosure and remediation of internal controls have, as it ensures trust with investors and creditors.

Key words: Earnings management, internal control deficiency, corporate governance.

1. Introdução

A análise da qualidade da informação contábil vem ocupando lugar de destaque entre os temas atuais no estudo da teoria da contabilidade, pois, ao evidenciar informação de qualidade se reduz o grau de incerteza, a assimetria da informação e ocorre ainda, a melhoria da eficiência do mercado de capitais no que tange à gestão do risco, uma vez que há maior possibilidade de compreensão da informação contábil pelos diversos grupos de usuários que dela se utilizam (Chaney, Faccio e Parsley, 2011).

A qualidade da informação contábil pode ser avaliada por um, ou por um conjunto de atributos, como por exemplo: persistência, conservadorismo, gerenciamento de resultados, qualidade da estimação dos *accruals*, transparência, nível de *disclosure*, entre outros (Paulo, Cavalcante, & Melo, 2012).

Melhorar a qualidade da informação significa principalmente aumentar a transparência e minimizar ou impossibilitar a manipulação de dados, que é feita por algumas empresas para mostrarem resultados convenientes, mas não verdadeiros, iludindo assim o usuário da informação (Perera & Baydoun, 2007).

Para Lopes e Martins (2005, p. 72) “é nos *accruals* que reside o conteúdo informativo da contabilidade” e deles, surge a perspectiva à análise da qualidade da informação contábil para o mercado de capitais, que seria o gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários. Como o gerenciamento de resultados por manipulação por *accruals* ou por manipulação por atividades operacionais, em geral, é utilizado de forma oportunista, as empresas utilizam diversos mecanismos para coibir abusos, desvios e condutas impensadas por parte do gestor, sendo um deles, os controles internos sobre os relatórios financeiros (Chan, Farrell & Lee, 2008).

Migliavacca (2002, p. 17) define controle interno “como o planejamento organizacional e todos os métodos e procedimentos adotados dentro de uma empresa”. Além disso, o controle interno pode ser definido como o conjunto de métodos e medidas que as organizações adotam para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão das demonstrações contábeis e cumprir as normas e as políticas da administração (Attie, 2006; Crepaldi, 2009), fornecendo registros contábeis fidedignos, possibilitando uma correta tomada de decisão (Mattos & Mariano, 2009).

Contudo, os controles internos algumas vezes são ineficientes, pois possuem determinadas deficiências que podem prejudicar a qualidade da informação contábil ao não ser capaz de inibir práticas de gerenciamento de resultados (Chan et al., 2008).

Entretanto, os controles internos não estão relacionados automaticamente a uma penalidade, mas sim servirá de aviso para que sejam tomadas atitudes para que o erro verificado seja corrigido e não volte a acontecer. (Machado & Tonin, 2014). Desse modo, as deficiências apontadas pela auditoria podem ter um efeito positivo na qualidade da informação contábil, pois ao divulgar a deficiência nos controles internos e buscar solver essa deficiência, as empresas melhorariam sua qualidade da informação contábil (Ashbaugh-Skaife, Collins, Kinney Jr. & Lafond, 2008).

Percebe-se que há uma relação entre as deficiências dos controles internos e o gerenciamento de resultados, sendo que essa relação já foi estudada internacionalmente (Altamuro & Beatty, 2010; Ashbaugh-Skaife et al., 2008; Bedard, Hoitash, Hoitash, & Westermann, 2012; Dowdell Jr., Herda, & Notbohm, 2018; Doyle, Ge & Mcvay, 2007; Epps & Guthrie, 2010; Jaggi, Mitra, & Hossain, 2014; Lenard, Petruska, Alam, & Yu, 2016).

Teixeira e Teixeira (1998, p. 2) comentam que “a atuação do controle interno sofre influência direta do ambiente em que opera, quando especificamente se encontra relacionada diretamente com a eficácia de procedimentos de outros controles específicos”. Assim, a governança corporativa seria um ambiente a se observar, pois pode exercer força para mitigar ações oportunistas de gerenciamento de resultados em meio as deficiências de controles internos (Bedard et al., 2012; González & García-Meca, 2014).

Desse modo, o presente estudo possui o seguinte questionamento: Qual a relação entre as deficiências dos controles internos, a qualidade da informação contábil e a governança corporativa? Para tanto, tem-se como objetivo geral analisar a relação entre as deficiências dos controles internos, a governança corporativa e a qualidade da informação contábil.

Para tanto, 208 empresas (580 observações) não financeiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) foram analisadas entre o exercício social findos em 2015 e 2017. Os dados foram obtidos na base de dados Economatica, no Formulário de Referência no sítio eletrônico da B3.

Os resultados demonstraram que as empresas com deficiência estão em processo de melhorias, uma vez que a divulgação das deficiências dos controles internos está positivamente relacionada com o gerenciamento de resultados.

Esse estudo é relevante por analisar a relação entre o gerenciamento de resultados e a divulgação das deficiências dos controles internos no Brasil, pois ainda há poucos estudos brasileiros que abordam essa relação, especialmente devido a falta de evidenciação, uma vez que os controles internos passaram a ser divulgados no Formulário de Referência apenas em 2016, de dados referentes a 2015. Também é relevante por observar como a governança

corporativa atua na relação entre gerenciamento de resultados e divulgação das deficiências de controles internos. Portanto, os resultados dessa pesquisa ampliam a literatura sobre controles internos e auxilia os investidores, pois a divulgação das deficiências dos controles internos identificadas nas empresas possibilita avaliar possíveis riscos iminentes ao negócio e uma melhor tomada de decisão dos provedores de capital.

2. Referencial Teórico

A contabilidade tem o propósito de fornecer informações para todos os interessados pela gestão sobre a saúde financeira, econômica e patrimonial da empresa, neste sentido o processo de mensuração, caracterização e a escolha da estrutura contábil podem interferir na qualidade das informações publicadas. Consequentemente muitas decisões podem ser afetadas por essas publicações. A informação contábil tem como premissa base apresentar de forma imparcial o verdadeiro desempenho dos resultados financeiros, econômicos e patrimoniais para os acionistas.

Dechow, Ge e Schrand (2010) definem a qualidade da informação contábil como o fornecimento de informação sobre a situação financeira e o desempenho da empresa que são relevantes para uma tomada de decisão específica por um tomador de decisões específico. Contudo, a qualidade da informação contábil não é um constructo de fácil mensuração, por isso, é composta por diversos atributos ou dimensões, dentre as quais se destacam: a persistência, a suavização, a previsibilidade, o conservadorismo, o gerenciamento de resultados por accruals discricionários, republicação de demonstrativos por erros ou fraude, *value relevance*, e *target beating* (Nelson & Skinner, 2013; Dechow et al., 2010). Paulo et al. (2012) ainda aponta a transparência, nível de *disclosure*, relação dos números contábeis com o desempenho dos preços das ações ou do valor de mercado da firma.

Segundo Beaver (1981, p. 50), “a informação contábil pode acarretar consequências importantes para a tomada de decisão dos interessados pelas informações, podendo afetar a distribuição dos lucros entre os acionistas, majorar investimentos, ignorar ou ocultar riscos influenciando com isso os aportes dos investidores.” O mercado de capitais e os interessados por essas publicações estão usando vários meios para mitigar a prática de gerenciamento de resultados, a auditoria externa independente, a exigência das práticas das normas contábeis e o aumento do *disclosure* das informações são as principais ações para ajudar a anular a deturpação dos números apresentados.

O gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores “usam de julgamento nos demonstrativos financeiros e na estrutura das transações para alterar os relatórios financeiros ou para enganar alguns *stakeholders* sobre a performance econômica da companhia, ou para influenciar os resultados contratuais que depende dos números contábeis reportados” (Healy & Wahlen, 1999, p. 368). Desse modo, pode-se ressaltar que o julgamento refletido nas classificações contábeis está intrínseco em muitas decisões dos gestores, podendo sim, em determinadas circunstâncias, ter a intenção de ludibriar ou deturpar determinadas informações.

O gerenciamento de resultados também é constituído por diversas métricas sendo as mais utilizadas os *accruals* discricionários e a manipulação por atividades operacionais (McVay, 2006). Ambas são as métricas de gerenciamento de resultados são utilizadas com a intenção de modificar o lucro líquido, contudo, a manipulação por atividades operacionais tem efeitos no fluxo de caixa das empresas, uma vez, que pode representar cortes em gastos estratégicos das empresas (como por exemplo, as despesas com pesquisa e desenvolvimento) (McVay, 2006).

Nesse sentido, há diversos mecanismos para mitigar a prática de gerenciamento de resultados, como a qualidade da auditoria, o aumento do *disclosure* das informações, a governança corporativa, e devido as novas exigências do mercado, o uso de controles internos eficientes sobre os relatórios financeiros.

As exigências por qualidade e eficiência dos controles internos sobre os relatórios financeiros surgiram devido aos diversos escândalos que demonstraram erros e fraudes contábeis (Dowdell Jr. et al., 2014). Assim, por meio da Seção 404 (SOX 404) da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) passou a ser obrigado as empresas americanas a avaliação da eficácia dos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras. No Brasil, essa obrigatoriedade passou a ser exigida por meio da Instrução CVM Nº 558, de 26 de março de 2015.

Assim, os controles internos têm um grande papel dentro da organização e que este processo precisa ser operado por um conselho administrativo para dar garantias da realização dos objetivos, com isso, estabelece respeito por todos envolvidos nesse processo (Imoniana, Antunes, Mattos, & Maciel, 2012).

Para Garcia, Kinzler e Rojo (2014), os controles internos abrangem todas as empresas de forma a prever e detectar problemas como ferramenta de tomada de decisão, pois terão procedimentos, rotina, métodos de trabalho, gerando proteção ao patrimônio da empresa, para

tanto, é necessário um bom planejamento e controles que demonstrem bons resultados com realidade e visando eficácia operacional.

Para Vidal e Silva (2016) bons controles internos não só proporcionam segurança dos ativos da corporação, mas também confiança nas informações, mas também, o benefício de que colaboradores passem a conhecer melhor os trabalhos que desempenham podendo honrar os valores para atingir o objetivo dessa companhia. Lopes, Marques e Louzada (2017) versam que os controles internos podem afetar direta e indiretamente os usuários na medida em que suas deficiências possibilitam a expropriação de recursos, sua divulgação poderá contribuir para ajustar as expectativas dos mesmos de modo que eles avaliem mais adequadamente o andamento dos negócios.

Jokipii (2010) argumenta que quatro fatores têm sido observados como relevantes na efetividade dos controles internos: estratégia, o tamanho da firma, a estrutura organizacional e a percepção de incerteza. Uma implicação direta disso é que por exemplo, um ambiente de incerteza fará com que os *stakeholders* exigirão uma divulgação mais robusta de informações acerca das deficiências dos controles internos, pois essas podem aumentar ou reduzir ainda mais suas percepções de riscos.

A divulgação das deficiências pode auxiliar na avaliação do risco de auditoria, na probabilidade de gerenciamento de resultados, na precificação das ações, na qualidade da gestão, entre outras (Doyle et al., 2007). Desse modo, os reguladores têm estabelecido normas para que as empresas divulguem as deficiências relevantes identificadas ao longo dos exercícios.

Como os controles internos são desenvolvidos para fornecer confiabilidade as informações financeiras divulgadas, um controle interno é mais eficaz quando advém de melhores práticas de governança, atenuando o efeito adverso dos problemas de agência nos números contábeis relatados (Mitra & Hossain, 2011).

Silveira (2005) define a governança corporativa como o conjunto de mecanismos internos e externos que buscam harmonizar a relação entre gerentes e acionistas, dada a separação entre controle e propriedade. Por sua vez, o Código das Melhores Práticas de

Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) (IBGC, 2015, p. 20), define a governança corporativa como “o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”.

A governança corporativa é fundamental para que as empresas possam transmitir esta imagem, pois conforme Steinberg (2003), a governança corporativa constitui conjunto de práticas para aprimorar o desempenho da empresa e facilita o envolvimento dos *stakeholders*.

Em suma, as boas práticas de governança corporativa fazem parte da empresa bem controlada, organizada e preparada para revelar aos stakeholders interessados as nuances que envolvem sua gestão (Nascimento, Bianchi & Terra, 200&). A governança corporativa maximiza a confiabilidade da empresa em relação ao mercado corporativo, gerando confiança e segurança para os investidores, além de contribuir para a criação de valor nas organizações (La Rocca, 2007) e o aumento de seu desempenho empresarial (Silveira, 2005).

Desse modo, espera-se que empresas com melhores práticas de governança corporativa e controles internos eficientes se engajariam menos em gerenciamento de resultados. Entretanto, como demonstrado por Ashbaugh-Skaife et al. (2008) e Dowdell Jr. et al. (2014), a divulgação das deficiências dos controles internos pode melhorar a qualidade da informação contábil, uma vez que a gestão estaria trabalhando na remediação das deficiências dos controles internos.

A seguir, são apresentados estudos que estudaram a relação entre os controles internos, a qualidade da informação contábil e a governança corporativa.

Doyle et al. (2007) verificaram a relação entre a qualidade dos *accruals* e as fraquezas dos controles internos. Os resultados demonstram que as fraquezas dos controles internos são geralmente associadas a uma baixa qualidade dos *accruals*.

Ashbaugh-Skaife, et al. (2008) investigaram o efeito de deficiências no controle interno e sua remediação na qualidade dos *accruals*. Os resultados sugerem que a qualidade do controle interno afeta a qualidade dos *accruals*, e que a remediação das deficiências dos controles internos melhora a qualidade dos *accruals*.

Goh (2009) examina se uma maior eficácia dos mecanismos de governança corporativa tem maior probabilidade de remediar fraquezas materiais sobre os controles internos. Os resultados indicam os mecanismo de governança corporativa aprimoram o monitoramento para a remediação de fraquezas materiais.

Hoitash, Hoitash e Bedard (2009) investigaram a associação entre governança corporativa e divulgações de fraquezas materiais no controle interno sobre relatórios financeiros. Os autores concluíram que as características do conselho e do comitê de auditoria estão associadas com qualidade de controle interno.

Altamuro e Beatty (2010) examinaram os efeitos da regulação dos controles internos sobre os relatórios financeiros. Os resultados demonstram que a regulação dos controles internos melhora a qualidade da informação contábil.

Epps e Guthrie (2010) investigam se possuir fraquezas materiais permitem que os gestores gerenciem os resultados por meio de *accruals* discricionários. Os resultados indicam que a existência de deficiências materiais permite uma maior manipulação por meio de *accruals* discricionários, independentemente da direção, ou seja, aumentando ou diminuindo os resultados.

Nagy (2010) examinou os efeitos da SOX 404 sobre relatórios financeiros e os resultados mostraram uma relação significativa e negativa entre a conformidade na emissão de demonstrações financeiras com distorção material, sugerindo que a seção está cumprindo seu objetivo de melhorar a qualidade dos relatórios financeiros.

Johnstone, Li e Rupley (2011) analisaram a relação entre a governança corporativa e a fraqueza material nos controles internos. Os resultados demonstraram que a divulgação de fraqueza material gera mudanças na governança corporativa.

Mitra e Hossain (2011) verificaram a relação entre atributos da governança corporativa e a remediação da fraqueza de controles internos sobre relatórios financeiros. Os autores demonstraram que a governança corporativa é um fator que remedia as fraquezas de controles internos.

Van de Poel e Vanstraelen (2011) estudaram a relação entre o controle interno e a qualidade dos *accruals*. Os resultados demonstraram que a efetividade dos controles internos melhora de certo modo a qualidade dos *accruals*.

Bedard et al. (2012) investigaram se a remediação das deficiências dos controles internos está relacionada com a qualidade da informação contábil. Os resultados demonstram que a remediação de determinados tipos de deficiências de controles internos melhora a qualidade da informação contábil.

Myllymäki (2013) examinou se as divulgações baseadas na seção 404 da (SOX) relacionadas a fraquezas materiais explicam a qualidade futura dos relatórios financeiros. A autora encontrou que empresas que apresentaram alguma fraqueza material nos controles internos possuem maior probabilidade de realizar republicação por erro ou fraude.

Dowdell Jr. et al. (2014) verificaram a relação entre o relatório da administração sobre as deficiências dos controles internos e a qualidade da informação contábil. Os resultados

sugerem que ao administração divulgar que há deficiências dos controles internos, a qualidade da informação contábil é melhorada.

Jaggi et al. (2014) analisaram se a auditoria de empresas que divulgaram fraquezas materiais nos controles internos por especialistas do setor reflete uma melhor qualidade da informação contábil comparada com aquelas não especialista.

Järvinen e Myllymäki (2016) investigam se fraquezas materiais se manifestam no comportamento do gerenciamento de resultados por manipulação de atividades operacionais. Os resultados mostraram que as empresas com ineficiência nos controles internos sobre os relatórios financeiros engajam mais em gerenciamento de resultados.

Lenard et al. (2016) analisaram a relação entre as fraquezas dos controles internos e o gerenciamento de resultados por manipulação das atividades operacionais. Os autores identificaram uma relação positiva entre as empresas que relatam deficiências de controle interno e manipulação de atividades operacionais.

Donelson, Ege e McInnis (2017) examinaram se a fraqueza dos controles internos aumenta o risco de fraude nos relatórios financeiros por parte dos gestores de alto escalão. Os principais resultados identificaram uma forte associação entre fraquezas materiais e a futura revelação de fraudes.

Com base na literatura apresentada, o presente estudo propõe as seguintes hipóteses.

Hipótese 1a: A divulgação das deficiências de controles internos está relacionada positivamente com o gerenciamento de resultados.

Hipótese 1b: A divulgação das deficiências de controles internos está relacionada negativamente com o gerenciamento de resultados.

Hipótese 2: A governança corporativa modera a relação entre a divulgação das deficiências de controles internos e o gerenciamento de resultados.

A seção a seguir descreve os procedimentos metodológicos utilizados para rejeitar ou não as hipóteses propostas.

3. Metodologia

A pesquisa de natureza descritiva, documental e com abordagem quantitativa analisou dados referentes ao período de 2015 a 2017 de empresas listadas na Brasil, Bolsa Balcão (B3). Os dados foram coletados no sítio eletrônico da B3, no Formulário de Referência e na base de dados Economatica. O período de análise é de apenas três anos devido a variável de deficiências de controles internos, pois só passou a constar no Formulários de Referência no ano de 2016, para o exercício de 2015.

A amostra é composta por 208 empresas (580 observações), foram excluídas da amostra as empresas financeiras, pois possuem a contabilidade diferenciada, além disso, foram excluídas empresas com dados ausentes ou que são de setores com menos de dez observações, conforme indicação de Dechow et al. (1995).

Como o presente estudo analisa a relação entre o gerenciamento de resultados, as deficiências dos controles interno e a governança corporativa, é utilizada uma regressão linear múltipla com dados em painel (*pooled*), complementarmente, foi realizada a estatística descritiva e a correlação de Pearson. A Equação 1 demonstra a relação entre gerenciamento de resultados, deficiências dos controles interno e governança corporativa.

$$GR_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 DCI_{i,t} + \beta_2 GOV_{i,t} + \beta_3 (DCI_{i,t} \times GOV_{i,t}) + \sum \beta_n Controles + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

O presente estudo espera que os coeficientes β_1 , β_2 e β_3 sejam significantes, assim, as deficiências do controle interno (β_1) e a governança corporativa (β_2) influenciam o nível de gerenciamento de resultados, assim, como a interação entre elas (β_3).

Para mensurar o gerenciamento de resultados (GR), o presente estudo utiliza a manipulação por *accruals* discricionários (GRA) e a manipulação por atividades operacionais (GRAO), ambas as métricas afetam os resultados das empresas, contudo, o segundo tipo afeta o fluxo de caixa das empresas. Frisa-se que, os modelos de gerenciamento de resultados por *accruals* (Dechow, Hutton, Kim, & Sloan, 2012) e manipulação das atividades operacionais (Roychowdhury, 2006; Cohen et al., 2008) foram estimados por setor econômico e por período.

O gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários (GRA) foi mensurado conforme o modelo de Jones (1991) modificado por Dechow et al. (2012), pois considera a reversão dos *accruals* no período corrente (Equação 2).

$$ACC_{i,t}/A_{i,t-1} = \alpha_1 + \alpha_2(I/A_{i,t-1}) + \alpha_3(\Delta R_{i,t} - \Delta CR_{i,t}) + \alpha_4(AIB_{i,t}) + \alpha_5(ACC_{i,t-1}) + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

Em que: ACC: *Accruals* totais mensurado como $ACC = (\Delta AC - \Delta PC - \Delta CEC + \Delta DPC - \Delta DEP)$; AC: Ativo circulante; PC: Passivo circulante; CEC: Caixa e Equivalentes de Caixa; DPC: Dívidas no passivo circulante; DEP: Depreciação; A: Ativo total; R: Receita de vendas líquidas; CR: Contas a receber; AIB: Ativo imobilizado bruto; GRA: resíduos (ε) da Equação 2.

Por sua vez, para mensurar o gerenciamento de resultado por manipulação das atividades operacionais, utilizou-se dos modelos propostos por Roychowdhury (2006), sendo a métrica abrangente mensurada conforme Cohen et al. (2008). Conforme Roychowdhury (2006) há três modelos que incluem os níveis anormais de fluxo de caixa das operações ($GRAO_FCO_{it}$), níveis anormais dos custos de produção ($GRAO_PROD_{it}$) e níveis anormais de despesas discricionárias ($GRAO_DDIS_{it}$), Equações 3, 4 e 5 respectivamente.

$$FCO_{i,t}/A_{i,t-1} = \alpha_1 + \alpha_2(I/A_{i,t-1}) + \alpha_3(R_{i,t}/A_{i,t-1}) + \alpha_4(\Delta R_{i,t}/A_{i,t-1}) + \varepsilon_{i,t} \quad (3)$$

Em que: FCO: Fluxo de caixa operacional; A: Ativo total; R: Receita de vendas líquidas; GRAO_FCO: resíduos (ε) da Equação 3.

$$PROD_{i,t}/A_{i,t-1} = \alpha_1 + \alpha_2(I/A_{i,t-1}) + \alpha_3(R_{i,t}/A_{i,t-1}) + \alpha_4(\Delta R_{i,t}/A_{i,t-1}) + \alpha_5(\Delta R_{i,t-1}/A_{i,t-1}) + \varepsilon_{i,t} \quad (4)$$

Em que: PROD: Custos de produção mensurado como $PROD = (CPP + \Delta E)$; CPP: Custo do produto/mercadoria/serviço produzido/vendida/prestada; E: Estoque; A: Ativo total; R: Receita de vendas líquidas; GRAO_PROD: resíduos (ε) da Equação 4.

$$DDIS_{i,t}/A_{i,t-1} = \alpha_1 + \alpha_2(I/A_{i,t-1}) + \alpha_3(R_{i,t}/A_{i,t-1}) + \varepsilon_{i,t} \quad (5)$$

Em que: DDIS: Despesas discricionárias mensurada como $DDIS = (DPD + DVGA)$; DPD: Despesas com pesquisa e desenvolvimento; DVGA: Despesas com vendas, gerais e administrativas; GRAO_DDIS: resíduos (ε) da Equação 5.

Seguindo Cohen et al. (2008), optou-se pela mensuração do gerenciamento de resultados de forma abrangente, somando os resíduos das Equações 3, 4 e 5, assim, a Equação 6 capta o gerenciamento de resultados por manipulação das atividades operacionais ($GRAO_{it}$).

$$GRAO_{i,t} = (-GRAO_FCO_{i,t}) + GRAO_PROD_{i,t} + (-GRAO_DDIS_{i,t}) \quad (6)$$

As deficiências dos controles internos (DCI) é uma variável binária, no qual representa 1 (um), caso a empresa no subitem *d* do item 5.3 (Descrição – Controles Internos) do Formulário de Referência divulgue a existência de deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente; e 0 (zero), caso contrário.

A governança corporativa (GOV) é mensurada por meio dos segmentos de listagem da B3 (Vilhena & Camargo, 2015), e como o segmento Novo Mercado é aquele no qual as empresas pertencentes possuem as melhores práticas de governança corporativa do mercado acionário brasileiro, foi criada uma variável binária, no qual 1 (um) representa se a empresa pertence ao segmento Novo Mercado e 0 (zero), caso contrário.

Por fim, foram utilizadas variáveis de controle conforme a literatura (Dechow et al., 2010), as quais foram: o tamanho da empresa (TAM: logaritmo do ativo total), rentabilidade (ROA: lucro operacional dividido pelo ativo total), endividamento (END: dívidas totais dividido pelo ativo total), oportunidade de crescimento (CRES: variação percentual das receitas líquidas) e qualidade da auditoria (AUD: variável binária, no qual um representa empresa auditada por uma empresa *Big Four*, e zero, caso contrário). Frisa-se ainda, que as variáveis contínuas passaram pelo processo de winsorização, no intervalo de 1%-99%.

4. Análise dos Resultados

Primeiro, apresenta-se a distribuição das empresas que apresentaram alguma deficiência dos controles internos por setor e ano (Tabela 1).

Tabela 1 – Evidenciação das deficiências dos controles internos por setor e ano

Setor	Ano			Total
	2015	2016	2017	
Materiais Básicos	10	7	8	25
Bens Industriais	11	10	9	30
Consumo Cíclico	34	31	27	92
Consumo não Cíclico	10	8	8	26
Saúde	5	7	7	19
Utilidade Pública	14	9	11	34
Total	84	72	70	226

Dentre as 580 observações analisadas, 226 apresentaram deficiências dos controles internos (DCI), o que representa 38,96%. Observando os setores, o que possui a maior quantidade de DCI é o Consumo Cíclico, seguido de Utilidade Pública e Bens Industriais. O setor de Consumo Cíclico inclui os subsetores automóvel e motocicletas; comércio; construção civil; diversos (aluguel de carros, programas de fidelização e serviços educacionais); hotéis e restaurantes; mídia; tecidos, vestuário e calçados; utilidades domésticas; e viagens e lazer. Por sua vez, Ge e McVay (2005), Epps e Guthrie (2010) e Lenard et al. (2016) encontram que os setores que possuem maior incidência de DCI são Tecnologia e Serviços.

Para entender o comportamento das variáveis foi realizada a estatística descritiva, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Estatística descritiva

Variáveis	Observações	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
GRA	580	0,0789	0,1337	0,0003	1,3477
GRAO	580	-0,0545	0,2700	-1,3877	2,0690
DCI	580	0,3896	0,4880	0	1
GOV	580	0,3810	0,4860	0	1
AUD	580	0,3775	0,4852	0	1
TAM	580	7,9169	1,8767	2,0006	12,7528
ROA	580	0,0404	0,1328	-1,3763	0,4104
END	580	0,3931	0,6051	0,0000	7,6961
CREC	580	0,0686	0,4627	-0,9512	5,0516

Nota: GRA: gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários; GRAO: gerenciamento de resultados por atividades operacionais; DCI: deficiências dos controles internos; GOV: governança corporativa; AUD: qualidade da auditoria; TAM: tamanho da empresa; ROA: rentabilidade; END: endividamento; CRES: crescimento.

O gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários (GRA) possui uma média de 0,0789, resultado semelhante foi encontrado por Jaggi et al. (2014), no qual encontraram que a média do GRA é de 0,09. Por sua vez, o gerenciamento de resultados por atividades operacionais (GRAO) possui uma média de -0,0545, resultado similar foi encontrado por Lenard et al. (2016), no qual encontraram que a média do GRAO é de -0,04.

Como mencionado na Tabela 1, o percentual de incidência do DCI é de 38,96%, o que pode ser interpretado como uma incidência moderada para alta, uma vez que Jaggi et al. (2014) encontraram uma incidência de 15,78% e Johnstone et al. (2011) encontraram de 16,90%.

Em relação ao nível de governança corporativa (GOV), 38,10% das empresas analisadas encontram-se no Novo Mercado, assim, são empresas com melhores práticas de governança corporativa. Quanto à auditoria (AUD), 37,75% das empresas são auditadas por um *Big Four* (Deloitte, EY, KPMG ou PwC), o que representa um percentual abaixo (75%) do encontrado por Krishnan e Visvanathan (2007) para empresas listadas no mercado americano. Quanto aos demais controles, percebe-se que as empresas são de grande porte (TAM), uma vez que são aquelas listadas na B3, são rentáveis (ROA), possuem um nível moderado de endividamento (END) e apresentam oportunidade de crescimento (CREC).

Após compreender o comportamento das variáveis em estudo, foi realizado a correlação de Pearson para verificar se há relações entre as variáveis (Tabela 3).

Tabela 3 – Correlação de Pearson

	GRA	GRAO	DCI	GOV	AUI	TAM	ROA	END	CRE
GRA	1								
DCI	-0,0366	-0,103**	1						
GOV	-0,133***	-0,0375	0,130***	1					
AUI	-0,120***	-0,106**	0,00485	0,509***	1				
TAM	-0,257***	0,138***	-0,0570	0,256***	0,164***	1			
ROA	-0,116***	-0,0758*	-0,110***	0,136***	0,131***	0,322***	1		
END	0,286***	-0,119***	0,0692*	-0,0158	-0,00711	-0,164***	-0,418***	1	
CRE	0,259***	-0,0161	-0,0112	0,0411	0,0445	0,146***	0,245***	-0,00494	1

Nota: GRA: gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários; GRAO: gerenciamento de resultados por atividades operacionais; DCI: deficiências dos controles internos; GOV: governança corporativa; AUD: qualidade da auditoria; TAM: tamanho da empresa; ROA: rentabilidade; END: endividamento; CRES: crescimento. *** significância ao nível de 1%; ** significância ao nível de 5%; * significância ao nível de 10%.

Primeiro, percebe-se que as variáveis de gerenciamento de resultados (GRA e GRAO) possuem uma relação negativa e significativa, sugerindo assim, que os gestores utilizam esses tipos de gerenciamento de resultados como substitutos, conforme demonstrou Zhang (2012).

Quando se observa a relação entre as deficiências dos controles internos (DCI) e o gerenciamento de resultados, percebe-se que para ambas as métricas de gerenciamento de resultados, há uma relação negativa, contudo, é significativa apenas para o gerenciamento de resultado por atividades operacionais (GRAO). Grande parte da literatura (Doyle et al., 2007;

Epps & Guthrie, 2010; Järvinen & Myllymäki, 2016; Lenard et al., 2016) advoga que a existência de deficiências dos controles internos diminui a qualidade da informação contábil, contudo, o resultado demonstrado na Tabela 3 é o contrário, indo ao encontro dos resultados de Ashbaugh-Skaife et al. (2008) e Dowdell Jr. et al. (2014), em que a divulgação das deficiências dos controles internos pode melhorar a qualidade da informação contábil, devido a busca pela remediação das deficiências divulgadas.

Quanto a governança corporativa (GOV), percebe-se que possui relação negativa com as métricas de gerenciamento de resultados, sendo significativa apenas *accruals* discricionários (GRA), condizente com os achados de González e García-Meca (2014). Além disso, nota-se uma relação positiva entre a governança corporativa e as deficiências dos controles internos (DCI), corroborando os resultados de Goh (2009).

Em relação a auditoria, percebe-se que as empresas auditadas por uma *Big Four* se engajam menos em práticas de gerenciamento de resultados, corroborando com Lin e Hwang (2010). As demais variáveis de controle possuem relações significativas entre si, com algumas exceções.

Por fim, foram realizadas análises de regressão para verificar a relação entre as deficiências dos controles internos, a governança corporativa e o gerenciamento de resultados. Para tanto, tem-se quatro modelos, o Modelo 1 possui como variável dependente o gerenciamento de resultado por *accruals* discricionários (GRA) e não possui o termo de interação entre as deficiências dos controles internos e a governança corporativa. Por sua vez, o Modelo 2 possui como variável dependente o gerenciamento de resultado por *accruals* discricionários (GRA) e possui o termo de interação entre as deficiências dos controles internos e a governança corporativa. O Modelo 3 possui como variável dependente o gerenciamento de resultado por atividades operacionais (GRAO) e não possui o termo de interação entre as deficiências dos controles internos e a governança corporativa. E, o Modelo 4 possui como variável dependente o gerenciamento de resultado por atividades operacionais (GRAO) e possui o termo de interação entre as deficiências dos controles internos e a governança corporativa.

Tabela 4 – Regressão Linear Múltipla

	Modelo 1 – GRA	Modelo 2 – GRA	Modelo 3 – GRAO	Modelo 4 – GRAO
DCI	-0,017** (0,01)	-0,023* (0,01)	-0,051** (0,03)	-0,066** (0,03)
GOV	0,003 (0,01)	-0,003 (0,01)	0,012 (0,03)	-0,003 (0,04)
DCI × GOV		0,015 (0,02)		0,036 (0,05)
AUD	-0,027*** (0,01)	-0,027*** (0,01)	-0,077*** (0,03)	-0,078*** (0,03)
TAM	-0,021*** (0,00)	-0,021*** (0,00)	0,026*** (0,01)	0,026*** (0,01)
ROA	-0,018 (0,10)	-0,017 (0,10)	-0,426*** (0,09)	-0,425*** (0,09)
END	0,052* (0,03)	0,053* (0,03)	-0,077** (0,03)	-0,076** (0,03)
CRES	0,083** (0,04)	0,083** (0,04)	0,006 (0,02)	0,006 (0,02)
Constante	0,200*** (0,03)	0,201*** (0,03)	-0,196*** (0,07)	-0,193*** (0,07)
R ²	0,269	0,269	0,094	0,095
Teste F	4,026***	3,780***	4,698***	4,769***
Observações	580	580	580	580

Nota: GRA: gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários; GRAO: gerenciamento de resultados por atividades operacionais; DCI: deficiências dos controles internos; GOV: governança corporativa; AUD: qualidade da auditoria; TAM: tamanho da empresa; ROA: rentabilidade; END: endividamento; CRES: crescimento`

Os valores em parênteses são os erros padrões robustos e os valores acima desses são os coeficientes.

*** significância ao nível de 1%; ** significância ao nível de 5%; * significância ao nível de 10%.

Por meio do Teste F, percebe-se que todos os modelos são significantes, assim, pelo menos uma variável (independente ou de controle) possui relação com o gerenciamento de resultados.

As variáveis de interesse são as deficiências dos controles internos (DCI), a governança corporativa (GOV) e o termo de interação entre DCI e GOV. Dessas variáveis, apenas a DCI apresentou relação significativa, sendo essa, negativa em todos os modelos, assim, a divulgação de deficiências dos controles internos diminui as práticas de gerenciamento de resultados por *accrual* discricionários e por atividades operacionais, logo, melhora a qualidade da informação contábil. Esse resultado já foi observado na Tabela 3, e corrobora os estudos de Ashbaugh-Skaife et al. (2008) e Dowdell Jr. et al. (2014), desse modo, ao as empresas divulgarem ao mercado suas deficiências dos controles internos, elas estão diminuindo a assimetria informacional, além disso, elas estariam buscando remediar os problemas que advêm dessas deficiências, favorecendo a diminuição de práticas de gerenciamento de resultados. Desse modo, esse resultado não rejeita a hipótese H1b (A divulgação das deficiências de controles

internos está relacionada negativamente com o gerenciamento de resultados), por sua vez, rejeita a hipótese H1a.

Utilizando os níveis diferenciados de governança corporativa, no caso, o Novo Mercado, percebe-se que não é capaz de influenciar o nível de gerenciamento de resultados. Assim, as empresas com melhores práticas de governança de corporativa listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) não se diferenciam das demais quanto as práticas de gerenciamento de resultados, resultado semelhante encontrado por Santos e Scarpin (2011). Esse resultado se reflete no termo de interação (DCI × GOV), no qual não apresenta resultado significativo, rejeitando a hipótese H2.

Assim como o demonstrado na Tabela 3, a auditoria (AUD) possui uma relação negativa com o gerenciamento de resultados (GRA e GRAO), corroborando com Lin e Hwang (2010). O tamanho da empresa (TAM) possui relação significativa com o gerenciamento de resultados, sendo negativa com *accruals* discricionários (GRA) e positiva com atividades operacionais (GRAO). A rentabilidade (ROA) possui relação negativa e significativa com o gerenciamento de resultados por atividades operacionais (GRAO). Assim como o tamanho da empresa (TAM), o endividamento (END) possui resultado divergente em relação a métrica de gerenciamento de resultados, sendo positiva e significativa para *accruals* discricionários (GRA), e negativa e significativa para atividades operacionais (GRAO). E a oportunidade de crescimento (CRES).

5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre as deficiências dos controles internos, a governança corporativa e a qualidade da informação contábil. Para tanto, 208 empresas (580 observações) não financeiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) foram analisadas entre o exercício social findos em 2015 e 2017. Os dados foram obtidos na base de dados Economatica, no Formulário de Referência no sítio eletrônico da B3.

Os resultados demonstraram que 38,96% das empresas analisadas apresentaram deficiências dos controles internos, o que pode ser considerado uma incidência moderada para alta, sendo de maior incidência no setor Consumo Cíclico, seguido de Utilidade Pública e Bens Industriais. O gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários e por atividades operacionais apresentaram níveis condizentes com a literatura. Quanto à governança corporativa, 38,10% das empresas analisadas encontram-se no Novo Mercado, assim, são

empresas com melhores práticas de governança corporativa. E das empresas analisadas, 37,75% das empresas são auditadas por um *Big Four*, possuindo assim, melhor qualidade da auditoria.

Identificou-se ainda indícios de *trade-off* entre as métricas de gerenciamento de resultados, assim, a gestão poderia estar utilizando o gerenciamento de resultados por atividades operacionais em vez do gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários, no momento em que há reversão dos *accruals*, para assim, manter os resultados e desempenho da empresa constante.

Além disso, observou-se que as empresas que divulgaram alguma deficiência de controle interno possuem melhor qualidade da informação contábil, uma vez que foi encontrado uma relação negativa entre as deficiências dos controles internos e o gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários e por atividades operacionais. Não rejeitando a hipótese H1b e rejeitando as hipóteses H1a e H2. Esse resultado encontrado é possível uma vez que a maioria das empresas analisadas ao divulgarem alguma deficiência dos controles internos, já atuam na remediação dessas deficiências.

Um controle interno eficaz “proporciona um benefício significativo aos investidores ao reduzir as distorções intencionais e não intencionais na mensuração, registro e processamento de informações financeiras que levam a informações mais confiáveis” (Ashbaugh-Skaife et al., 2008, p 247). Entretanto, a divulgação de deficiências nos controles internos e remediação dessas deficiências trazem benefícios aos investidores (Mitra & Hossain, 2011), melhorando a qualidade da informação contábil e a confiança das informações reportadas, favorecendo no *credit rating* (Ashbaugh-Skaife et al., 2008; Goh, 2009).

Portanto, os resultados dessa pesquisa sinalizam para as empresas a importância que a divulgação e a remediação dos controles internos possuem, pois assegura a confiança junto aos investidores e credores. Ademais, como a identificação de deficiências dos controles internos é uma atividade da auditoria, os resultados demonstram o papel importante que as empresas de auditoria possuem em seus clientes.

A principal limitação é quanto a divulgação das deficiências dos controles internos que passou a ser divulgada pelas empresas em seus Formulários de Referências em 2016, referentes ao exercício de 2015. Assim, o período analisado diz respeito ao período de divulgação, e além disso, a divulgação não possui um padrão e os detalhes sobre remediação não são abrangentes, dificultando algumas interpretações. Desse modo, como sugestão para pesquisas futuras, poderia investigar os tipos de deficiências dos controles internos divulgados pelas empresas,

analisando se as deficiências são recorrentes e quais são as remediações realizadas pelas empresas.

REFERÊNCIAS

- Altamuro, J., & Beatty, A. (2010). How does internal control regulation affect financial reporting? *Journal of Accounting and Economics*, 49(1-2), 58-74.
- Antunes, M. T. P., Grecco, M. C. P., Formigoni, H., & NETO, O. R. D. M. (2012). A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, 10(20), 5-19.
- Ashbaugh-Skaife, H., Collins, D. W., Kinney Jr, W. R., & LaFond, R. (2008). The effect of SOX internal control deficiencies and their remediation on accrual quality. *The Accounting Review*, 83(1), 217-250.
- Attie, W. (2006). *Auditoria: Conceitos e aplicações*. São Paulo: Atlas.
- Beaver, W. H. (1981). *Financial reporting: An accounting revolution*. Prentice Hall.
- Bedard, J. C., Hoitash, R., Hoitash, U., & Westermann, K. (2012). Material weakness remediation and earnings quality: A detailed examination by type of control deficiency. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 31(1), 57-78.
- Chan, K. C., Farrell, B., & Lee, P. (2008). Earnings management of firms reporting material internal control weaknesses under Section 404 of the Sarbanes-Oxley Act. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 27(2), 161-179.
- Chaney, P. K., Faccio, M., & Parsley, D. (2011). The quality of accounting information in politically connected firms. *Journal of accounting and Economics*, 51(1-2), 58-76.
- Cohen, D. A., Dey, A., & Lys, T. Z. (2008). Real and accrual-based earnings management in the pre-and post-Sarbanes-Oxley periods. *The accounting Review*, 83(3), 757-787.
- Crepaldi, S. A. (2009). *Auditoria contábil. Teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401.
- Dechow, P. M., Hutton, A. P., Kim, J. H., & Sloan, R. G. (2012). Detecting earnings management: A new approach. *Journal of Accounting Research*, 50(2), 275-334.
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting review*, 70(2), 193-225.

- Donelson, D. C., Ege, M. S., & McInnis, J. M. (2016). Internal control weaknesses and financial reporting fraud. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 36(3), 45-69.
- Dowdell Jr, T. D., Herda, D. N., & Notbohm, M. A. (2014). Do management reports on internal control over financial reporting improve financial reporting? *Research in Accounting Regulation*, 26(1), 104-109.
- Doyle, J. T., Ge, W., & McVay, S. (2007). Accruals quality and internal control over financial reporting. *The Accounting Review*, 82(5), 1141-1170.
- Epps, R. W., & Guthrie, C. P. (2010). Sarbanes-Oxley 404 material weaknesses and discretionary accruals. *Accounting Forum*, 34(2), 67-75.
- Garcia, O. P. G., Kinzler, L., & Rojo, C. A. (2014). Análise dos sistemas de controle interno em empresas de pequeno porte. *Revista Interface*, 11(2), 132-153.
- Ge, W., & McVay, S. (2005). The disclosure of material weaknesses in internal control after the Sarbanes-Oxley Act. *Accounting Horizons*, 19(3), 137-158.
- Goh, B. W. (2009). Audit committees, boards of directors, and remediation of material weaknesses in internal control. *Contemporary Accounting Research*, 26(2), 549-579.
- González, J. S., & García-Meca, E. (2014). Does corporate governance influence earnings management in Latin American markets? *Journal of Business Ethics*, 121(3), 419-440.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365-383.
- Hoitash, U., Hoitash, R., & Bedard, J. C. (2009). Corporate governance and internal control over financial reporting: A comparison of regulatory regimes. *The Accounting Review*, 84(3), 839-867.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. (2015). *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 5ª ed. São Paulo: IBGC.
- Imoniana, J. O., Antunes, M. T. P., Mattos, S. M., & Maciel, E. (2012). The analytical review procedures in audit: An exploratory study. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 5(2), 282-303.
- Jaggi, B., Mitra, S., & Hossain, M. (2015). Earnings quality, internal control weaknesses and industry-specialist audits. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 45(1), 1-32.
- Järvinen, T., & Myllymäki, E. R. (2015). Real earnings management before and after reporting SOX 404 material weaknesses. *Accounting Horizons*, 30(1), 119-141.
- Johnstone, K., Li, C., & Rupley, K. H. (2011). Changes in corporate governance associated with the revelation of internal control material weaknesses and their subsequent remediation. *Contemporary Accounting Research*, 28(1), 331-383.

- Jokipii, A. (2010). Determinants and consequences of internal control in firms: a contingency theory based analysis. *Journal of Management & Governance*, 14(2), 115-144.
- Krishnan, G. V., & Visvanathan, G. (2007). Reporting internal control deficiencies in the post-Sarbanes-Oxley era: The role of auditors and corporate governance. *International Journal of Auditing*, 11(2), 73-90.
- La Rocca, M. (2007). The influence of corporate governance on the relation between capital structure and value. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 7(3), 312-325.
- Lenard, M. J., Petruska, K. A., Alam, P., & Yu, B. (2016). Internal control weaknesses and evidence of real activities manipulation. *Advances in Accounting*, 33, 47-58.
- Lin, J. W., & Hwang, M. I. (2010). Audit quality, corporate governance, and earnings management: A meta-analysis. *International Journal of Auditing*, 14(1), 57-77.
- Lopes, A. B.; Martins, E. (2005). *Teoria da Contabilidade: Uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas.
- Lopes, I. M. O., Marques, V. A., & Louzada, L. C. (2017, julho). (D)eficiências dos controles internos das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Anais do USP International Conference Accounting*, São Paulo, SP, Brasil, 17.
- Machado, Q. C. M.; Tonin, G. A. Benefícios dos controles internos para a administração pública municipal. *Revista Eletrônica do TCE-RS*, 1(1), p. 97, 2014.
- McVay, S. E. (2006). Earnings management using classification shifting: An examination of core earnings and special items. *The Accounting Review*, 81(3), 501-531.
- Mattos, C. C., & Mariano, R. P. (2009). Controle interno: Uma abordagem teórica. *Contabilidade Vista & Revista*, 10(1), 34-39.
- Migliavacca, P. N. (2002). *Controles internos nas organizações*. São Paulo: Edicta.
- Mitra, S., & Hossain, M. (2011). Corporate governance attributes and remediation of internal control material weaknesses reported under SOX Section 404. *Review of Accounting and Finance*, 10(1), 5-29.
- Myllymäki, E. R. (2013). The persistence in the association between Section 404 material weaknesses and financial reporting quality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 33(1), 93-116.
- Nagy, A. L. (2010). Section 404 compliance and financial reporting quality. *Accounting Horizons*, 24(3), 441-454.

- Nascimento, A. M., Bianchi, M., & Terra, P. R. S. (2007). A controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa: Evidências de uma survey comparativa entre empresas de capital brasileiro e norte-americano. *ABCustos*, 2(2), 70-96
- Nelson, M. W., & Skinner, D. J. (2013). How should we think about earnings quality? A discussion of “Earnings quality: Evidence from the field”. *Journal of Accounting and Economics*, 56(2-3), 34-41
- Paulo, E., Cavalcante, P. R. N., & Melo, I. I. S. L. (2012). Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. *BBR-Brazilian Business Review*, 9(1), 1-26.
- Perera, H., & Baydoun, N. (2007). Convergence with international financial reporting standards: the case of Indonesia. *Advances in International Accounting*, 20, 201-224.
- Roychowdhury, S. (2006). Earnings management through real activities manipulation. *Journal of Accounting and Economics*, 42(3), 335-370.
- Santos, A. C., & Scarpin, J. E. (2011). Gerenciamento de Resultados: análise de sua incidência em empresas mais admiradas do Brasil. *Revista de Estudos Contábeis*, 2(3), 14-33.
- Silveira, A. D. M. (2005) *Governança Corporativa: Desempenho e valor da empresa no Brasil*. São Paulo: Saint Paul Editora.
- Steinberg, H. (2003). *A dimensão humana da governança corporativa*. São Paulo: Gente.
- Teixeira, I. S., & Teixeira, R. C. F. (1998, setembro). Contribuições do controle interno à gestão empresarial. *Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP*, Niterói, RJ, Brasil, 6.
- Van de Poel, K., & Vanstraelen, A. (2011). Management reporting on internal control and accruals quality: insights from a “comply-or-explain” internal control regime. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 30(3), 181-209.
- Vidal, D. C., & Silva, A. H. C. (2017). A percepção dos auditores externos sobre a adequação dos sistemas de controle interno nas empresas de capital aberto. *Pensar Contábil*, 18(67), 57-64.
- Vilhena, F. A. C., & Camargos, M. A. (2015). Governança corporativa, criação de valor e desempenho econômico-financeiro: Evidências do mercado brasileiro com dados em painel, 2005-2011. *REGE - Revista de Gestão*, 22(1), 77-96.
- Zang, A. Y. (2012). Evidence on the trade-off between real activities manipulation and accrual-based earnings management. *The Accounting Review*, 87(2), 675-703.